



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça*

**Termo de Privacidade – Due Diligence**

Em atenção ao seu direito à privacidade e proteção dos seus dados pessoais e, atendendo aos fundamentos e princípios previstos na Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, no exercício de sua responsabilidade como controlador de dados pessoais, apresenta o termo de privacidade para o preenchimento do formulário Due Diligence envolvido nas contratações de maior vulto, conforme Artigo 5º I e II, da Portaria nº 2166/2021.

Neste termo constam as informações de como seus dados pessoais são tratados pelo tribunal de justiça de MS.

No menu transparência do nosso portal da LGPD ([www.tjms.jus.br/lgpd](http://www.tjms.jus.br/lgpd)), você encontra detalhes deste e demais processos de trabalhos onde o Tribunal de Justiça de MS trata dados pessoais.

**1. Legislação Aplicável:**

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados

[Portaria TJMS n. 2166/2021](#)

**2. Finalidade**

A finalidade do tratamento é identificar os possíveis riscos de suborno relacionados na contratação e implementar controles afim de mitigá-los.

**3. Dados coletados**

Nome, CPF, Nacionalidade, %Participação, Cargo, Período na empresa.

**4. Da Base Legal para atividade de Tratamento**

As atividades de tratamento descritas neste termo de uso encontram amparado no art. 7º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados:

*“Art.7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:*

*II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;”*

**5. Do tratamento dos seus dados pessoais**

Os seus dados pessoais são coletados através de formulário recebido por e-mail dos prepostos do contrato e serão armazenados no processo de fiscalização no sistema de controle de documento do PJMS, software que está hospedado no Datacenter do TJMS. O acesso a este processo é restrito aos fiscais e gestores do contrato. No caso onde seja constatado algum risco, estas informações serão encaminhadas ao Comitê de Compliance, para tomar as providências afim de diminuir os riscos associados a contratação. As medidas de segurança da informação adotados pelo Poder Judiciário de MS podem ser vistas nas nossas políticas de segurança da informação e política de privacidade.

**6. Direitos dos titulares dos dados pessoais**



*Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul*  
*Tribunal de Justiça*

O titular dos dados pessoais poderá exercer seu direito previsto no Artigo 18 da LGPD através do e-mail [encarregado@tjms.jus.br](mailto:encarregado@tjms.jus.br) ou portal [e-SIC](#).

**7. Alterações deste termo de privacidade**

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul poderá alterar este Termo de Uso em qualquer tempo, toda e qualquer alteração será publicada e poderá ser consultada no portal [www.tjms.jus.br/lgpd](http://www.tjms.jus.br/lgpd).